Incremento de Receita / Recuperação de Crédito junto com o BPO da folha



Dois serviços que se complementam.

O Instituto Véritas integra a recuperação de créditos ao BPO da folha por meio de seu software exclusivo. A análise dos pagamentos anteriores orienta melhorias na operação mensal, conectando inteligência fiscal, controle e prevenção de novos recolhimentos indevidos.

Inteligência fiscal que gera valor.

Mais capacidade de investimento para o município.

A revisão técnica transforma dados em oportunidades de recuperação. A integração com a folha incorpora as correções à rotina e permite acompanhar os resultados. Créditos apurados e economias verificadas fortalecem o planejamento e a capacidade financeira da prefeitura.



Mais creches

Vagas, ampliações e espaços adequados para a primeira infância.



Hospitais reformados

Enfermarias, estrutura e equipamentos para melhorar o atendimento.

Recuperar valores. Evitar novos erros. Investir melhor.

Regra geral: cinco anos de cada pagamento, aproximadamente 60 meses. A preservação do direito depende da medida cabível em tempo; contratar o serviço, isoladamente, não preserva o prazo.

Ilustrações geradas por inteligência artificial, inspiradas na infraestrutura pública brasileira. Não representam obras reais.

Mais capacidade para investir nas prioridades da população.



Pavimentação e obras

Ruas, acessibilidade e recuperação da infraestrutura urbana.



Saneamento básico

Água, esgoto e drenagem para enfrentar déficits e riscos sanitários.



Moradias populares

Construção e melhorias habitacionais, conforme programas e regras aplicáveis.

Tecnologia aplicada à eficiência municipal

Software exclusivo, análise técnica e operação integrada. O Instituto Véritas conecta a identificação de créditos à melhoria da folha, com informações organizadas para apoiar decisões e demonstrar resultados.

Recursos recuperados de livre destinação e efetivamente disponíveis também podem ser aplicados no pagamento da folha de pessoal e de contas vencidas e vincendas, observados o orçamento, a regularidade das despesas e as regras legais de pagamento.

Referências: CTN, arts. 165, 168 e 170; LRF, art. 8º; Constituição, arts. 165 e 167; Lei nº 4.320/1964, arts. 40 a 43. Créditos e resultados dependem de apuração e validação; compensação reduz desembolsos.

Ilustrações geradas por IA para fins conceituais. Não representam projetos ou entregas reais do Instituto.